

População empobreceu, diz lojista

JORNAL DE BRASÍLIA
Malu Pires

O brasiliense empobreceu. A conclusão é do presidente do Clube de Diretores Lojistas do DF, Dimas Thomás da Fonseca, ao analisar dados do levantamento realizado pela entidade sobre o setor que apontam um crescimento de 244,7% no protesto de títulos e um aumento de 86,4% no número de pessoas incluídas na lista do Serviço de Proteção ao Crédito, no período de janeiro de 1990 a maio de 1991. "Os números confirmam a impressão generalizada. Salvo exceções, ninguém deixa de pagar dívidas porque quer. Só existe uma explicação: falta de dinheiro", disse.

Essa é uma constatação, afirma, que pode ser confirmada, também, pelo volume de cheques sem fundo emitidos no mês de abril — 73 mil 500, segundo o Banco Central 23,1% a mais que o registrado no mesmo mês no ano passado. "Os números da inadimplência são significativos. Os protestos eram, em janeiro de 90, 8 mil 753, em maio agora foram 30 mil 171, a lista de pessoas com crédito bloqueado, no mesmo período pulou de 29 mil 882 para 55 mil 700, e, os cheques sem fundo de abril de 90 somavam 59 mil 700, enquanto o último relatório do BC sobre o mesmo mês de 91 aponta os já citados 73 mil 500", ressaltou.

Opções

Apesar disso, assegura, "esse é um comportamento comum em

tempos de crise". "Com dinheiro curto, a opção lógica do consumidor é comida, casa e transporte para o trabalho", enfatiza, assinalando que esta situação implica para o comerciante na manutenção da vigilância sobre sua clientela, desburocratização dos processos de retirada dos nomes da lista de inadimplentes e no incentivo à compra a crédito.

"Fala na manutenção do nível de fiscalização porque os dados apontam um crescimento de 19% nas consultas ao SPC no mesmo período em que a inadimplência aumentou. Dado o seu volume, — 746 mil 825 em janeiro de 90 e 761 mil 006 em maio último, — pode-se concluir que o comerciante é precavido", frisa. "O objetivo é vender com baixa margem de risco e os dados provam que o setor trabalha nesse sentido", disse.

Cobrança

As firmas de cobrança confirmam a afirmação e registram nesse ano um aumento de 50% no seu movimento. Embora não se identifiquem, alegando que os clientes não gostam, explicam que seu crescimento é uma consequência natural da inadimplência "causada pela crise" e anunciam "há tempos" o fim dos métodos agressivos de tentativa de recebimento de dívidas. Isso ainda acontece, raramente, em débitos entre marginais, garantem.

A extinção da violência, informam, levou uma pá de cal com a vi-

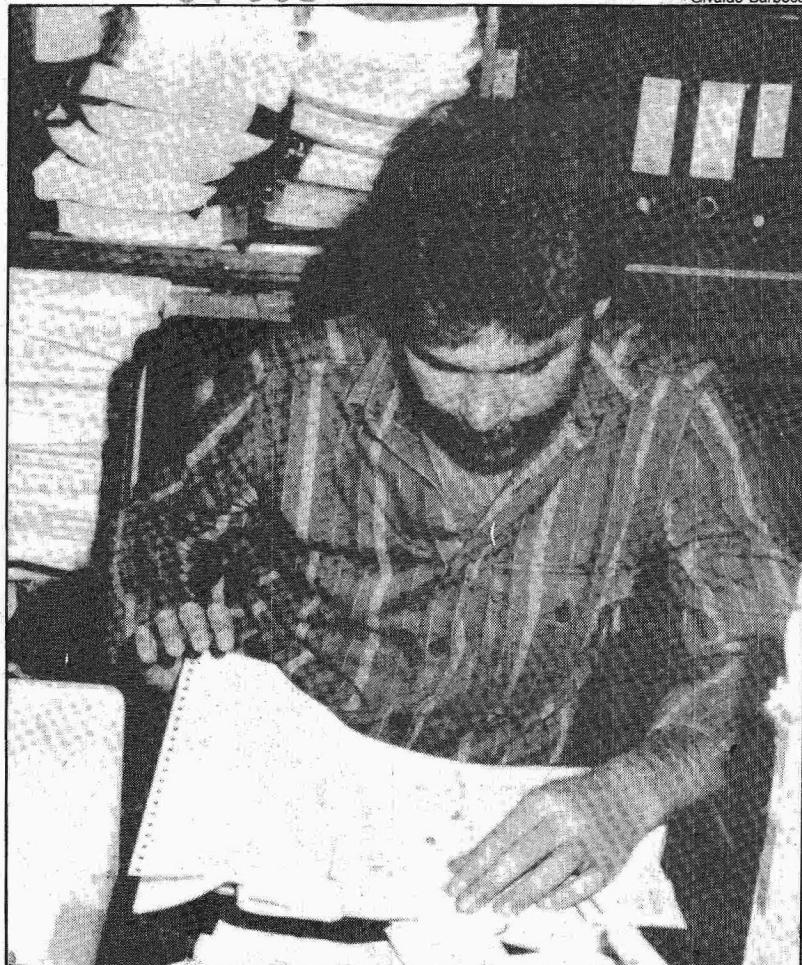
gência do Código do Consumidor e da Constituição de 1988. Esses textos legais garantem não só a inviolabilidade de residências e dos direitos do cidadão, como definem locais e horários impróprios à realização de cobrança. Os mecanismos mais comuns pelos quais ela é feita são através de contatos telefônicos, cartas, e, como última tentativa, o protesto do título.

A maioria dos devedores, asseguram, quitar o débito sem maiores problemas, após negociação com o credor da recomposição do débito e forma de pagamento. Outra parte desse grupo prefere que o título vá a protesto porque os juros legais são de 1% e o cobrado no mercado fica numa faixa média de 20% ao mês. Desse ponto de vista, o crescimento de 244,7% no protesto de títulos apontados pelo CDL é encarado como um aumento de atuação dos "espertinhos".

O uso do protesto, revelam, é admitido em último caso pelos comerciantes em razão dos custos processuais. As despesas cartoriais são, muitas vezes, superiores ao débito e o tempo previsto para sua solução pode chegar a um ano ou mais, quadro desinteressante para uma economia com altos patamares de inflação. A negociação, afirmam os funcionários das firmas de cobrança, aparece nesse cenário como peça-chave do trabalho. Eles ressaltam, ainda, que o comerciante brasiliense tem por característica "lutar por todos tostões".

07 JUL 1991

Givaldo Barbosa



O volume de títulos protestados no cartório cresceu 244,7%